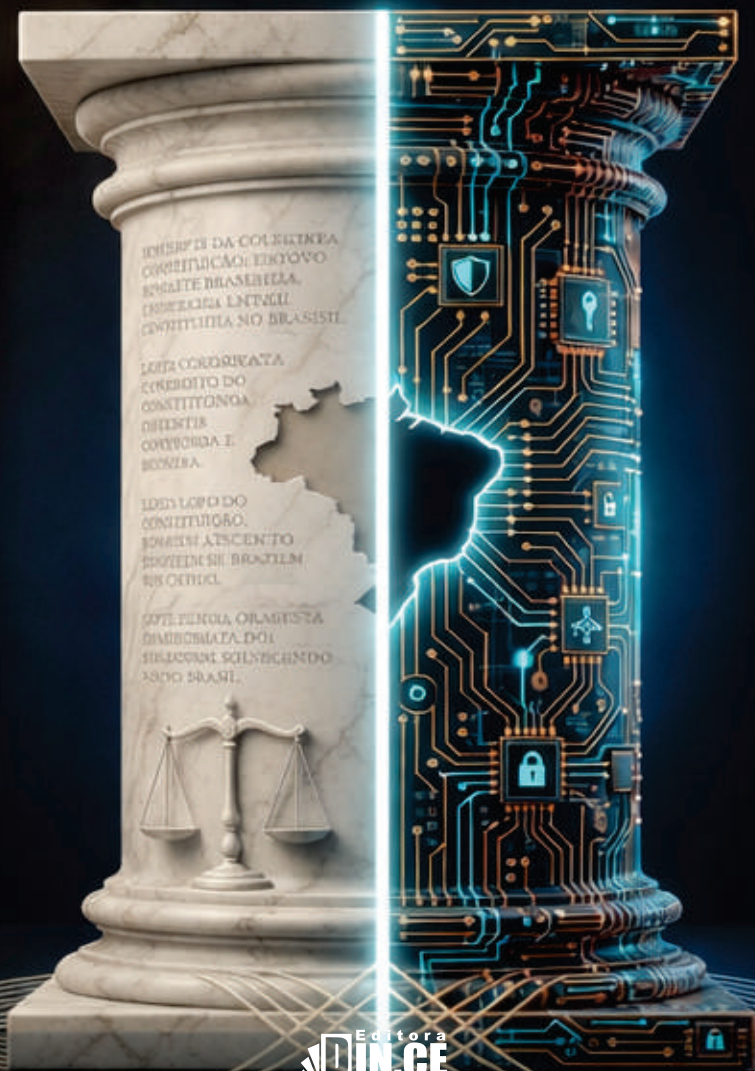


A ARQUITETURA JURÍDICA DOS DADOS NO BRASIL

CONECTIVIDADE, PROTEÇÃO E GOVERNANÇA DIGITAL



Editora
DIN.CE

MACHIDOVEL TRIGUEIRO FILHO

© Copyright 2025 - Todos os direitos reservados.

FICHA TÉCNICA:

Editor-chefe: Vanques de Melo

Diagramação: Vanques Emanuel

Capa: Vanderson Xavier

Produção Editorial: Editora DINCE

Revisão: Do Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

FILHO, Machidovel Trigueiro

A ARQUITETURA JURÍDICA DOS DADOS NO BRASIL: Conectividade, Proteção e Governança Digital. Fortaleza. Editora Dince, 316p. 2026

ISBN- 978-85-7872-810-6

DOI-10.56089/978-85-7872-810-6

1. Bases conceituais do direito dos dados; 2. Conectividade e circulação de dados;
 3. Proteção de dados e governança digital; 4. Jurisdição, enforcement e futuro normativo
-

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzido ou transmitido, por quaisquer formas ou meios, ou arquivado em sistema ou banco de dados, sem a autorização expressa dos titulares dos direitos autorais. Permitida a citação.

NOTA DA EDITORA

Esta obra foi publicada com formato impresso, nos termos da Lei nº 10.753/2003.

A editora se responsabiliza apenas pelos vícios do produto no que se refere à sua edição, considerando a impressão e apresentação. Vícios de atualização, opiniões, revisão, citações, referências ou textos compilados são de responsabilidade de seu(s) autor(es).

Produção Editorial:



SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação	13
Lista de siglas e abreviaturas	17
Introdução	19
PARTE I BASES CONCEITUAIS DO DIREITO DOS DADOS	29
Capítulo 1. Dados, informação e poder na sociedade digital	29
1.1 Dados como categoria jurídica e econômica	31
1.2 A datificação das relações sociais	37
1.3 Poder informacional e assimetrias estruturais	43
Capítulo 2. Constituição, direitos fundamentais e ambiente digital	47
2.1 Liberdade, privacidade e autodeterminação informativa	49
2.2 Devido processo informacional	55
2.3 Eficácia horizontal dos direitos digitais	61
Capítulo 3. A formação do constitucionalismo digital no Brasil	67
3.1 Marcos legislativos e jurisprudenciais	69
3.2 Internet, plataformas e infraestruturas críticas	75
3.3 Limites do modelo regulatório fragmentado	81
Capítulo 4. Infraestrutura, conectividade e inclusão	87
4.1 Universalização e desigualdade digital	89
4.2 Redes, backbones, data centers e nuvem	95
4.3 Políticas públicas de conectividade	103
PARTE II CONECTIVIDADE E CIRCULAÇÃO DE DADOS	111
Capítulo 5. Fluxos de dados, interoperabilidade e governança em rede	111
5.1 Padrões técnicos e interoperabilidade institucional	113
5.2 Portabilidade, compartilhamento e interesse público	119
5.3 Open data, open banking e ecossistemas setoriais	125
Capítulo 6. Soberania digital, localização de dados e geopolítica	129
6.1 Territorialidade e jurisdição	131
6.2 Transferência internacional e conflitos normativos	137
6.3 Dependência infraestrutural e autonomia estratégica	143
Capítulo 7. Plataformas, nuvem e responsabilidade	149
7.1 Provedores, intermediários e cadeias digitais	151
7.2 Responsabilidade civil e deveres de cuidado	157
7.3 Moderação, transparência e assimetria algorítmica	163
PARTE III PROTEÇÃO DE DADOS E GOVERNANÇA DIGITAL	171
Capítulo 8. Fundamentos da LGPD e sua racionalidade normativa	171
8.1 Princípios, bases legais e agentes de tratamento	173
8.2 Direitos do titular e governança baseada em risco	179
8.3 Accountability, relatórios e boas práticas	185
Capítulo 9. Segurança da informação e resposta a incidentes	191
9.1 Medidas técnicas, organizacionais e dever de prevenção	193
9.2 Comunicação de incidentes e danos coletivos	199
9.3 Cibersegurança, continuidade e resiliência	205
Capítulo 10. Governança de dados no setor público	213

10.1 Compartilhamento interinstitucional e proteção de direitos.....	215
10.2 Inteligência artificial na administração pública.....	221
10.3 Transparência, anonimização e controle democrático.....	227
Capítulo 11. Governança de dados no setor privado.....	233
11.1 Programas de compliance e gestão de risco.....	235
11.2 Data ethics, auditoria e confiança digital.....	241
11.3 Cadeias contratuais, terceiros e suboperadores.....	247
PARTE IV JURISDIÇÃO, ENFORCEMENT E FUTURO NORMATIVO.....	255
Capítulo 12. Enforcement regulatório e jurisdição digital.....	255
12.1 ANPD, Judiciário e autoridades setoriais.....	257
12.2 Sanções, termos de ajuste e reparação.....	263
12.3 Cooperação internacional e enforcement transnacional.....	269
Capítulo 13. Inteligência artificial, automação e novas fronteiras.....	273
13.1 Perfilamento, decisões automatizadas e discriminação.....	275
13.2 IA generativa e usos de alto impacto.....	281
13.3 Governança algorítmica e regulação ex ante.....	287
Capítulo 14. Para uma teoria da arquitetura jurídica dos dados no Brasil.....	291
14.1 A tríade conectividade, proteção e governança.....	293
14.2 Critérios para uma regulação sistêmica.....	299
14.3 Agenda institucional para o próximo ciclo digital.....	305
Conclusão.....	307
Referências.....	311
Índice remissivo.....	316

RESUMO

Esta obra propõe uma leitura sistemática do Direito dos Dados no Brasil a partir da articulação entre conectividade, proteção e governança digital. Em vez de tratar os dados apenas como objeto de privacidade ou como recurso econômico isolado, o livro os compreende como elemento estruturante de relações de poder, de infraestruturas críticas e de novas formas de organização institucional na sociedade digital. Com base nessa premissa, a obra reconstrói o itinerário conceitual que vai da datificação das relações sociais ao constitucionalismo digital, demonstrando que a circulação, a guarda, o processamento e o compartilhamento de dados exigem um arranjo jurídico mais integrado do que aquele tradicionalmente oferecido por regimes normativos compartimentalizados. O estudo examina a interface entre direitos fundamentais, soberania digital, inclusão e universalização da conectividade, interoperabilidade, localização de dados, responsabilidade de plataformas, LGPD, segurança da informação, governança pública e corporativa, enforcement regulatório e inteligência artificial. Ao longo do texto, defende-se que a maturidade do ecossistema normativo brasileiro depende de uma teoria jurídica capaz de compreender simultaneamente a base infraestrutural dos fluxos de dados, a tutela dos titulares e os modelos de governança que condicionam legitimidade, confiança e accountability. Nesse sentido, o livro oferece um quadro analítico destinado a pesquisadores, instituições públicas, reguladores, profissionais do Direito e lideranças empresariais que atuam na formulação e na implementação das regras da vida digital.

PALAVRAS-CHAVE:

dados; conectividade; proteção de dados; governança digital; LGPD; constitucionalismo digital

ABSTRACT

This book advances a systematic interpretation of Data Law in Brazil based on the articulation between connectivity, protection, and digital governance. Rather than treating data solely as a matter of privacy or as an isolated economic resource, the study understands it as a structuring element of power relations, critical infrastructures, and new forms of institutional organization in digital society. From this premise, the work reconstructs the conceptual path that runs from the datafication of social relations to digital constitutionalism, demonstrating that the circulation, storage, processing, and sharing of data require a more integrated legal arrangement than the one traditionally offered by compartmentalized regulatory regimes. The analysis addresses the interface between fundamental rights, digital sovereignty, inclusion and universal connectivity, interoperability, data localization, platform liability, the Brazilian General Data Protection Law, information security, public and corporate governance, regulatory enforcement, and artificial intelligence. Throughout the book, it is argued that the maturity of the Brazilian normative ecosystem depends on a legal theory capable of simultaneously understanding the infrastructural basis of data flows, the protection of data subjects, and the governance models that shape legitimacy, trust, and accountability. In this sense, the work offers an analytical framework for scholars, public institutions, regulators, legal professionals, and business leaders involved in designing and implementing the rules of digital life.

KEYWORDS:

data; connectivity; data protection; digital governance; Brazilian data law; digital constitutionalism

O Guia Essencial para Navegar na Complexa Intersecção entre Direito e Tecnologia no Brasil.

Num mundo cada vez mais digital, o Brasil se encontra no centro de uma revolução regulatória. **'A Arquitetura Jurídica dos Dados no Brasil'** oferece uma análise abrangente e inovadora da legislação nacional sobre dados, de forma prática e estratégica. Explore os pilares da LGPD, os desafios da conectividade e as melhores práticas de governança digital para empresas e profissionais do Direito.

Da proteção de dados pessoais à regulação de novas tecnologias, este livro é a ferramenta indispensável para compreender e aplicar as regras do jogo digital brasileiro.

MACHIDOVEL TRIGUEIRO FILHO, PhD, Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFC - Universidade Federal do Ceará e professor de Direito Digital; Secretário de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Caucaia-Ce; Coordenador do CRIA – Centro de Referência em Inteligência Artificial da UFC; Pós Doutor em Direito Digital pela FIU/EUA; Presidente da Comissão de Data Centers e Cidades Inteligentes da OAB-CE;



MACHIDOVEL TRIGUEIRO FILHO

